



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLANO DIRETOR
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 09 de dezembro de 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Boa noite, agradeço a presença de todos. Na qualidade de presidente circunstancial da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, nosso presidente é o Vereador Andrea Matarazzo, declaro abertos os trabalhos. Damos início à 37ª Audiência Pública sobre o Projeto de Lei 688/2013, Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Essas audiências públicas vêm sendo publicadas no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* diariamente, desde o dia 8 de novembro. Foi publicada no *Diário de S.Paulo* no dia 31 de outubro e, na *Folha de S.Paulo*, no dia 1º de novembro.

Rapidamente vou explicar como são os procedimentos da audiência, para que todos possam participar intensamente. O Executivo será representado, no caso de hoje, pela Thais, que é uma das integrantes da equipe do Secretário Fernando de Melo Franco, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Vai fazer a apresentação do projeto que chegou à Câmara, com uma visão para a zona Norte, em especial, para o território que abrange a Subprefeitura da Vila Maria.

Em seguida, abriremos para permitir a participação de todos os que aqui vieram e têm desejo de colocar sua dúvida, sugestão, crítica ou, quem sabe, até seu elogio à proposta.

Depois, voltaremos para a mesa, temos a expectativa de, em meia hora, 40 minutos, o nosso relator chegar à reunião. Ele estava na USP, na tarde de hoje. Também nos pediu para administrar o início dos trabalhos. O Vereador Nabil deve chegar ainda para poder conosco realizar o encerramento da atividade do dia de hoje.

Na manhã de hoje tivemos uma longa reunião na Câmara quando tratamos das questões ambientais do nosso PDE. Das 10 da manhã às duas da tarde, nós ficamos com esse debate na Câmara.

Mas para terminar de compor a mesa eu não posso de deixar de chamar as autoridades públicas deste território. Chamo para ficar ao meu lado Luiz Carlos Gutierrez,

representando o Subprefeito da Vila Maria, e o nosso Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Ricardo Fatik, que vai dividir conosco essa tarefa. Ele está dizendo também Subprefeito substituto. Se for Subprefeito, já o é neste período, Gilberto Rossi é o nosso Subprefeito titular. No impedimento quem assume é o Chefe de Gabinete Gutierrez, que já há um bom tempo tem uma relação não só com o nosso mandato, mas com diversos mandatos na Câmara. Temos muita confiança que o território está sendo bem cuidado.

Passaremos para a Thais fazer a apresentação. Todos vocês que estão acompanhando o nosso trabalho já podem se inscrever, e que tiverem desejo de colocar seu questionamento. Desejo boa sorte a todos.

Terminaremos a zona Norte no sábado à tarde, faremos ainda na quinta-feira, dia 12, Casa Verde; sexta-feira, Pirituba, dia 13; e sábado, Perus, no dia 14, às 9h; depois Santana Tucuruvi, também dia 14. No dia 16 não é no trecho Norte, é no Sul, em Santo Amaro.

A SRA. THAIS AGUIAR – Boa noite a todos, eu trouxe a apresentação do Plano Diretor, acredito que maioria já teve contato com o seu conteúdo.

- Oradora passa a reportar-se à imagem de projeção.

A SRA. THAIS AGUIAR – Em primeiro lugar, o Plano Diretor pensa na Cidade como um todo. A gente não está falando especificamente de problemas locais, mas tentando ter uma visão global da Cidade, propor estratégias para lidar com problemas na escala da Cidade, até da Metrópole.

A minuta do projeto de lei que foi encaminhado à Câmara é fruto de um processo participativo que contou com quatro etapas: a primeira foi uma avaliação dos resultados positivos e negativos do Plano vigente, aprovado em 2002; na segunda, foram feitas oficinas em todas as subprefeituras, levantando propostas; na terceira foi feita a sistematização dessas propostas que surgiram nas oficinas; na quarta etapa foi feita a devolutiva das oficinas e

disponibilizada a minuta do projeto de lei para consulta, tanto através de oficinas presenciais, nas macro regiões, como através da internet, uma minuta participativa.

Resultou então, no Projeto de Lei 688, encaminhado, no final de setembro, à Câmara, que é composto desses cinco títulos:

Título I – dos princípios e objetivos que regem o Plano Diretor Estratégico. É importante ressaltar os cinco princípios que estão orientando toda a elaboração do Plano Diretor, que são: a função social da Cidade e da propriedade urbana, que quer dizer que a Cidade deve, acima de tudo, cumprir a sua função social. As propriedades urbanas, principalmente as imobiliárias, devem ter um uso social. O segundo princípio é cuidar de inclusão social e territorial; o terceiro é gestão democrática; o quarto, direito à Cidade e o quinto, direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Esses princípios que estão descritos no Título I regem todos os títulos seguintes.

Título II – da ordenação territorial. Onde estão explícitas as estratégias de organização do território propostas.

Título III – estruturação dos sistemas ambientais e urbanos. Traz tanto essa estruturação a conceituação desses sistemas, como as ações prioritárias, vinculadas a esses sistemas.

Título IV – a gestão democrática e o sistema municipal de planejamento urbano. Traz como é composto o sistema de planejamento, quais as instâncias e os instrumentos de participação popular.

Título V – disposições finais e transitórias. Traz artigos que vão fazer a transição entre a aprovação do novo Plano Diretor e a revisão da Lei de Uso e Ocupação de Solo, do Zoneamento.

Então, desse processo participativo todo que ocorreu neste ano, foram tiradas três estratégias principais que se refletem nas propostas de ordenamento territorial.

Uma delas é a Estruturação Metropolitana - depois vou mostrar no mapa como que

ela se traduz -, A Utilização dos Eixos de Transporte Coletivo e a Redução da Vulnerabilidade Social, Ambiental e Urbana.

Dentro das principais estratégias, a organização do território em Macrozonas e Macroáreas conforme os objetivos de desenvolvimento urbano, estratégias, instrumentos e priorização dos investimentos.

A primeira ordenação, divisão do território, está em duas Macrozonas. Em cinza a gente vê a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, que é a área mais consolidada e mais propícia à urbanização e a Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, que está em verde, seria uma área onde não se deseja que continue o processo de urbanização.

Há áreas ocupadas com mancha urbana, mas a diretriz geral é de recuperação e proteção do meio ambiente.

Em vermelho está destacado o perímetro da Subprefeitura Vila Maria-Vila Guilherme. Está inserida na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana. Essa Macrozona depois vai se traduzir em Macroáreas. A Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental se traduz na Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais. Na Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável, vou mostrar o mapa fica mais fácil. Macroárea de Recuperação Urbana e Ambiental e Macroárea da Redução de Vulnerabilidade Urbana.

E a Macrozona de Estruturação e Qualificação urbana se divide na Macroárea da Qualificação da Urbanização Consolidada, na Macroárea de Estruturação Metropolitana e também a Macroárea da Redução de Vulnerabilidade Urbana. Ela se repete nas duas Macrozonas.

Este é o mapa das Macroáreas. Para a gente ver em vermelho mais escuro a Macroárea de Estruturação e Qualificação Metropolitana, o chamado Arco do Futuro, que propõe a estruturação da metrópole e reversão do quadro da oferta de moradia e de emprego.

A Área de Estruturação e Qualificação Metropolitana, que são basicamente as várzeas do Pinheiros, Tietê, Tamanduateí, incorpora também a Jacu Pêssego e Av. Cupecê é

uma região que, dependendo a sua localização, oferece muito emprego, mas pouca moradia. Por outro lado, em algumas regiões, principalmente na Jacu Pêssego e na Cupecê, muita moradia, mas pouco emprego. A ideia dessa Macroárea é justamente reequilibrar essa oferta de emprego e de moradia.

Na sequência das cores: a Macroárea da Qualificação da Urbanização Consolidada representa os territórios mais consolidados, da Cidade, mas que carecem de qualificação.

A Macroárea da Redução de Vulnerabilidade Urbana é o amarelo mais escuro, são áreas mais periféricas que apresentam vulnerabilidade urbana, áreas de risco, falta de infraestrutura, grande tempo de deslocamento emprego-moradia. Isso aponta diretrizes das políticas que vão se refletir nos territórios.

A Macroárea de Recuperação Urbana Ambiental é o amarelo mais claro, são áreas ocupadas, têm alguma ocupação urbana, mas estão na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental. O que se deseja é controlar a expansão urbana e recuperar o meio ambiente.

A Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável é o verde mais claro, que tem grande parte de áreas protegidas, seja manancial ao Sul, sejam os parques na zona Leste, ou Norte.

As Macroárea de Preservação de Ecossistemas Naturais aí sim são áreas protegidas, a Serra do Mar, Serra da Cantareira, Parque do Estado, algumas regiões já onde não se pode urbanizar.

A Subprefeitura Vila Maria – Vila Guilherme está tanto na Macroárea de Estruturação Metropolitana quanto na de Qualificação.

Próximas estratégias seriam a de aproximar o emprego e a moradia. Além disso, uma estratégia de adensamento ao longo dos eixos de transporte coletivo de média e alta capacidade. Isso se traduz na estruturação de eixos urbanísticos, ao longo da rede de transporte público coletivo, de média e alta capacidade.

Fica com isso, o adensamento demográfico, onde há oferta de transporte público coletivo, um condicionamento do adensamento à existência e implantação da infraestrutura de transporte, maiores coeficientes de aproveitamento combinados com quotas de terreno por habitação. Propõe-se um adensamento demográfico, um aumento da densidade demográfica e não apenas um adensamento construtivo. Isso é feito a partir da quota-parte que é um índice que está sendo proposto agora.

Também as ZEIS ao longo dos corredores para promover HIS – Habitação de Interesse Social, para esses eixos de transporte.

Este é o mapa dos eixos de estruturação da transformação urbana existentes. A gente percebe na Subprefeitura, ela está rodeada desses eixos, não tem nenhum desses eixos que cruzam a Subprefeitura, tantos nos existentes, quanto nos planejados até 2016.

A gente tem corredor metropolitano, vai ser um prolongamento ali, a partir do Metrô Tucuruvi. No trecho ao sul da marginal, mas nenhum deles cruza a Subprefeitura.

A proposta desses eixos é que a partir dos eixos de transporte ou das estações de metrô e trens, são estabelecidas áreas de influência em que, em princípio, se permite um maior coeficiente de aproveitamento.

Além disso, posso ir incentivando algumas características urbanas. Por exemplo, tem um incentivo ao uso misto; incentivo à fruição, que é permitir a circulação de pedestres no interior dos lotes; incentivo à fachada ativa que é eliminar muros contínuos, fazendo a interface do lote privado com o espaço público. Tentar transformar essas fachadas em ambientes para o pedestre, estabelecendo uma largura mínima de calçada. Há dois estímulos a vagas de garagem.

A ampliação do coeficiente de aproveitamento e estabelecimento da quota-parte que vai regular a densidade construtiva em relação à densidade demográfica. Essa seria um pouco a proposta do coeficiente de aproveitamento para as macroáreas. O padrão para a Cidade, fora dos eixos, seria um coeficiente básico de 1, o mínimo varia conforme a macroárea,

e um coeficiente máximo de 2 também nas macroáreas inseridas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental. O coeficiente não ultrapassa 1 nas Macroárea de Recuperação Urbana, mas, nas Macroáreas de Redução da Vulnerabilidade, Qualificação da Urbanização e Reestruturação Metropolitana, o coeficiente de aproveitamento máximo proposto chega a 2; entre 1 e 2 é feito o pagamento da coleta da outorga, pagamento pelo potencial construtivo adicional.

Nos eixos, então, esse coeficiente máximo pode chegar a 4 e varia também um pouco nas macroáreas inseridas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental.

Seguindo a linha das estratégias, falamos um pouco da estruturação metropolitana, do adensamento ao longo dos eixos de transporte. No enfrentamento das desigualdades territoriais, estão mantidas e aumentadas as áreas demarcadas com ZEIS- Zona Especial de Interesse Social e estabelecidos investimentos prioritários em territórios com grande vulnerabilidade social.

Este é o mapa das ZEIS - tanto a operação urbana consorciada quanto a área de intervenção urbana dependem de leis específicas para acontecerem. A área de estruturação local não, ela é um instrumento de projeto urbanístico que vise integrar a promoção pública. Então, a área de estruturação local deve ser instrumento do poder público para articular as políticas setoriais em nível local, e a ideia é que sejam demarcadas tanto nos planos regionais quanto nos de bairro, nas duas esferas. A ideia de estruturação local é criar uma integração setorial a partir do território. Por exemplo, a partir de um eixo hidroviário é tanto articular urbanização de favelas, com previsão de novas moradias, com novos equipamentos, com sistema de drenagem.

No título quarto, quanto a gestão participativa é criar um sistema de gestão que permita o controle social no processo de “implementação” do Plano Diretor. Esse sistema municipal de planejamento deve ser articulado com o programa de metas, com o Plano Plurianual, com as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual, também com o Conselho

Participativo Municipal, com o Conselho Municipal das Subprefeituras e as instâncias de participação que já existem, elas continuam e são reforçadas no projeto de lei a Conferência Municipal da cidade de São Paulo, o Conselho Municipal de Política Urbana, a Câmara Técnica de Legislação Urbanística, a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana. Os instrumentos de participação social: as audiências, iniciativa popular de planos, programas e projetos, a iniciativa popular de projetos de lei, e instrumentos de promoção da cidadania.

Sobre o Fundo Municipal está específico no projeto de lei a forma de gestão, a articulação com instrumentos de planejamento orçamentário e com o programa de metas, com a Sempla, o que está a cargo dela e também com o Sistema Municipal de Informação e os instrumentos de monitoramento e avaliação.

- Gravação de má qualidade, transcrição prejudicada.

A SRA. TAÍS - Então, estabelece também indicadores para monitoramento da implementação do Plano.

Das disposições transitórias...(ininteligível) nos dois perímetros de incentivo ao desenvolvimento que compõe o Arco do Futuro. Ao longo da Avenida Jacu-Pêssego e ao longo da Avenida Cupecê, o coeficiente de aproveitamento máximo é quatro. E há isenção da cobrança da onerosa para usos não residenciais, esse é o incentivo proposto no projeto de lei, e até que seja feita a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, as ZER ficam inalteradas, as Zonas Especiais de Preservação Cultural também ficam inalteradas, as zonas industriais ganham o nome de Zonas de Desenvolvimento Econômico, e as Zonas Especiais de Proteção e Recuperação Ambiental – Zepam se tornam Zonas de Recuperação Ambiental e Zonas de Proteção Ambiental.

Este é o mapa da macroárea de estruturação metropolitana, que mostra os perímetros de incentivo ao longo da Avenida Jacu-Pêssego e da Avenida Cupecê. Vemos que a subprefeitura tem grande parte inserida nessa macroárea.

É isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe-me perguntar: há inscritos?

(Pausa) Uma pessoa.

Sr. Subprefeito em exercício, quer fazer alguma colocação, alguma abordagem para poder avançar com os inscritos? (Pausa) Também vou ajudar na leitura do território.

(NÃO IDENTIFICADO) – Queria agradecer o convite da Presidência da Mesa, desejar boa noite a Taís, a todos os presentes.

Quero deixar claro que são tantas audiências e tantos nomes que nos confundimos. Quero falar pouco, deixar para a população se manifestar porque é outro momento que temos da nossa região – Vilas Maria, Guilherme e Medeiros – de poder opinar sobre a revisão do Plano Diretor.

Volto a palavra ao Presidente para poder ouvir a população.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Anuncio a presença do nosso relator, que já está com a gente.

Rapidamente, quero usar a apresentação da Taís para apresentar preocupações para a reflexão de todos. Passamos a ter no Projeto uma leitura bastante interessante, uma leitura das relações metropolitanas a partir de macroárea de desenvolvimento metropolitano. Um debate em que estou muito envolvido, e todo dia provooco o Nabil a refletir, é que tem eixo de desenvolvimento que historicamente os bandeirantes utilizaram que, em nossa opinião, não se esgotou, ainda é forte. Ele segue o eixo Fernão Dias – Dutra e reconhece áreas predominantemente industriais. Há dez anos, recomendamos à população ali concentrar emprego e distribuição de riquezas. Dez anos depois, você diz: não precisa mais, a partir de agora todos que se estabelecerem ao longo dessas rodovias, vocês vão pegar tudo que fizeram e levarão para outra região. Essa mudança drástica poderá produzir ruído no território e é por isso que estamos dedicados à leitura desse eixo de desenvolvimento metropolitano, nessa macroárea que da mesma forma que tem apontamento ao sul da zona Leste, desce, vai em direção ao litoral, não pode reconhecer um desenvolvimento metropolitano sinalizando Rio

de Janeiro e o eixo Minas – Centro-Oeste.

Trago esse assunto à reflexão porque quando olhamos o mapa da cidade, é bastante claro que temos uma rota de desenvolvimento metropolitano, que passa pela Vila Maria. Todos sentem devido ao trânsito, ao tráfego que produz. Não é diferente do que vamos fazer em Perus quando deixamos de reconhecer um eixo de desenvolvimento metropolitano que aponta também para o interior do Estado.

Quando fazemos a leitura proposta do arco, não temos dúvida de que o arco representa algo do ponto de vista hídrico, do suporte da cidade. Mas tudo que foi pendurado nele, foi pendurado ao Sul. Não penduramos nada ao Norte. Portanto, podemos estar dissipando uma capacidade de desenvolvimento da região Norte ao não reconhecer as macroáreas de desenvolvimento metropolitano para a região Norte da cidade.

Na realidade, quando se trata da Vila Medeiros, acabamos por perceber que foi o distrito mais prejudicado.

Queremos deixar este primeiro debate latente. E fizemos isso sábado quando tivemos a oportunidade, ao inaugurar os debates na zona Norte, apresentar que o Arco do Futuro, assim batizado na campanha, agora denominada macroárea de desenvolvimento metropolitano, tem uma razão, não temos dúvida. Reconhecemos que ao acomodar nessas áreas as operações urbanas, você está sinalizando a forte transformação que espera dela.

O que acontece com a Vila Maria, Vila Medeiros e Vila Guilherme é que não temos qualquer corredor realizado ou projetado até 2025. Isso nos aponta uma preocupação: esse é um território que, de fato, quando observamos o adensamento populacional e a carta geotécnica da cidade, há recomendação de que haja ocupação mais intensa e equilibrada do território, tem estrutura para tanto, mas ainda não está recebendo aquilo que seria a infraestrutura de carregamento do sistema público de transporte coletivo, que podia inserir esse território em rota de desenvolvimento mais avançada. Essa é uma pequena leitura que trazemos, que segue a orientação que estamos tentando dar aos debates feitos para a zona

Norte.

Também fazemos uma última leitura quanto ao impacto que o Rodoanel acaba por causar em todo esse território.

Trazemos três elementos que nos parecem oportunos para que as reflexões aconteçam e que, de fato, se a sociedade – seja os que já participam do debate e aos que virão e reconhecerem que a zona Norte precisa ser inserida nesse arco de desenvolvimento, nessa trama de desenvolvimento que perderia o sentido do arco, mas não teria se a tese do desenvolvimento metropolitano, sem dúvida, a zona Norte tem, pelo menos, dois setores que terão de ser mais investigados e, quem sabe, chegemos a um desenho dessa macroárea de desenvolvimento metropolitano que reflita, de fato, as oportunidades que a cidade pode ter e em especial em regiões que venham apresentando essas oportunidades.

Era essa a abordagem para ver se conseguimos trazer ao território essa leitura.

Temos quatro inscritos: Francisco, Chefe de Gabinete do Vereador Vavá; Daniel Gomes, Associação Comercial Distrital Vila Maria; Otacilio, morador e membro do Conselho Diretor da Saúde; e José Ramos, Cades Vila Maria – Vila Guilherme.

Tem a palavra o Sr. Francisco.

O SR. FRANCISCO – Obrigado. Quero parabenizar a apresentação. Enfim, temos um Plano Diretor para a cidade de São Paulo, algo que não tínhamos há oito anos. É uma pena que não tenhamos conseguido discutir com a população. São oito anos de um modelo que não teve participação popular redonda nisso.

É emblemático que façamos esta reunião no Thomaz Mazzoni porque podemos perceber como era e como está. Assim como a participação popular, está numa situação de degradação.

Assim, quero fazer uma proposta. Ontem foram eleitos mais de mil conselheiros de São Paulo, nas subprefeituras. É muito importante que façamos uma exposição do Plano diretor para esses conselheiros.

Segundo aspecto: é importante que a Câmara faça esse debate porque me parece uma expiação. O papel que teve na discussão do Plano Diretor, há oito anos, foi nefasto, para usar uma palavra generosa. Mas como estamos entre nós, podemos carregar nas tintas.

Quero falar um pouco na linha do Tolstoi: descreve a tua aldeia e serás universal...

Eu sou morador da zona Norte, e com nesse foco que quero discutir. Se há uma região que tem de ter um Plano Diretor radical, essa é a zona Norte. É das regiões que mais perdeu prestígio, que foi entregue de forma inconsequente, desenfreada à especulação imobiliária. Esse é um primeiro ponto. É preciso então um Plano Diretor que enfrente a vocação – e esse é o desafio da zona Norte – da região. Qual é a vocação das várias regiões que compõe a zona Norte? Qual é a síntese? Este debate nós temos que fazer, caso não seja feito vamos ter outra região que é mais a que muita gente tem em suas cabeças. Ela vem perdendo prestígio cultural, político, econômico. Eu diria que é de forma irreversível se nós, no Plano Diretor, não conseguirmos reequacionar, requalificar, dar uma nova vocação à região.

Acho que o dilema deste Plano Diretor é exatamente explicar quais vão ser os caminhos da zona Norte. Eu não citaria o desenvolvimento, deixaria em aberto, mas perguntaria: quais vão ser os caminhos da zona Norte? Os bairros se descaracterizaram por completo.

O Plano Diretor – e vou ser claro -, quem precisa dele na zona Norte é o Parque Novo Mundo, Cidade Nova, Vila Medeiros, Vila Sabrina. Temos de ter esse olhar pra valer.

Queria fazer duas propostas. Primeira proposta é o CEU Parque Novo Mundo. Ele apareceu, saiu, voltou no Orçamento, saiu, entrou, voltou no Plano de Diretrizes. E é um dos CEUs mais significativos, e acho que tem que pensar no Plano Diretor. CEU não é qualquer equipamento. Estamos defendendo o CEU na região em que era a funerária. Fizemos a discussão, fomos na Secretaria da Educação, a população foi mobilizada.

Segunda proposta: quando se fala em Vila Maria – e eu diria Parque Novo Mundo, Cidade Nova e Vila Medeiros – é como se não houvesse problema habitacional.

- Gravação de má qualidade. Transcrição prejudicada.

O SR. FRANCISCO - Há nesta hora, neste momento, 1.200 famílias jogadas. Se não fosse o gesto da subprefeitura de, pelo menos, coletar o lixo da região, estaríamos em pior situação. Além da Habitação, haveria problema na Saúde. Esses dois aspectos são concretos.

Agora, resumo da ópera: temos que discutir a votação regional, mas sem hipocrisia. Discutir o Parque Novo Mundo, a Cidade Nova e a Vila Medeiros. Nesses lugares é que mora a maioria da população que precisa de investimento, precisa do Plano Diretor, etc.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra Daniel Gomes.

O SR. DANIEL GOMES – Autoridades da Mesa, boa noite. Faço parte da Comissão de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo. Estivemos no Anhembi no início da corrida do Vereador Police Neto, atrás da opinião da população. Lá falamos do metrô Vila Maria. O que foi falado aqui não condiz com a verdade em relação ao metrô. A situação não está parada, não está prevista só para 2025, foi antecipado. O traçado também não condiz. Temos uma operação urbana prevista para Vila Maria e Campo de Marte. Não sei se está... quando o Vereador disse que não havia operação prevista, é que elas não foram concluídas em governos anteriores.

O que me pareceu também é que o desenho chamado Arco do Futuro, que parece um pouco um útero, é do governo atual. Não entendi por que está incluído... As solicitações são anteriores desse plano, a solicitação do Plano Diretor. Então, foi incorporado ao Plano Diretor essa situação. É isso que eu entendi? (Pausa)

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer e chamar o Otacílio, morador e conselheiro gestor de saúde.

O SR. OTACÍLIO – Boa noite. Quero cumprimentar a Mesa, parabenizar a todos.

Temos participado de reuniões do Plano Diretor que, pela apresentação, acho que foram mais esclarecedoras do que a de hoje. A gente discutiu bastante a nossa área, aqui na

Vila Maria, os projetos. Temos bastante projetos aprovados. Foi apresentada uma devolutiva.

Mas nessa apresentação feita não ouvi sequer uma palavra referente à Saúde. Pelo Plano Diretor, em São Paulo não há problema de Saúde. Estranho porque para a Vila Maria foi dada ênfase para a Saúde. Tenho projeto para implantação de uma UBS na Vila Maria, em uma área em que não tem atendimento, uma área enorme. Esse projeto teve parecer favorável à implantação. Andou de instância em instância, acabaram tirando ele do Plano Diretor. Fizemos então um manifesto, ele será distribuído, já foi entregue ao Subprefeito da Vila Maria, que deu toda atenção a nossa reivindicação.

Mas essa apresentação aí não se falou uma palavra sobre Saúde. Até parece que não há problema de Saúde em nossa região.

A Prefeitura tem destacado, tem feito algumas obras na Vila Maria, mas pequenas, são ruas sendo urbanizadas. Mas temos imensas áreas, áreas grandes em que não se faz uma obra, não se faz nada. A minha pergunta é: nossos Vereadores deram um presente para a população de 35% no IPTU. O que vai gerar esse aumento? Para onde vai esse dinheiro? Vai para as subprefeituras? Para aonde vai esse dinheiro? gostaria de ter uma posição, uma resposta desse presente de Natal que os Vereadores de São Paulo deram à população de São Paulo.

A principal avenida de entrada do bairro, em Vila Maria, é uma lástima. Não se investe nada lá. Esse dinheiro do IPTU vai vir para nós? Ou, passará ao largo?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. José Ramos.

O SR. JOSÉ RAMOS – Boa noite a todos. Na verdade eu me formo em gestão ambiental por causa do Plano Diretor. O Vereador Police disse que o encontro da Via Dutra com a Fernão Dias é o grande marco Bandeirante de desenvolvimento. Hoje eu digo que é o grande marco de morte de idosos e crianças.

A Prefeitura diz que o caminhão não pode entrar na Cidade antes das 19h e os caminhões ficam ao longo da Via Dutra e da Fernão Dias com seus motores ligados

aguardando para entrar, é um idoso que morra a cada hora. Se tiverem dúvidas é só ir na UBS de São Luis Gonzaga e os câncer de tireoide que estamos observando.

Cubatão era desenvolvida industrialmente, mas e a população? Tínhamos crianças nascendo grudadas e isso está acontecendo no Vale do Cabuçu. Quando se discute o Plano esquecem que o Vale do Rio Cabuçu é um plano geográfico, do lado há o Alto do Tucuruvi, do outro todo o Alto de Guarulhos e a serra da Cantareira. São 300 mil pessoas recebendo dióxido de carbono. Temos a aviação de Cumbica passando por cima, quando o Vereador Chico Macena desenvolveu o Código Urbano Ambiental ele se esqueceu da aviação. Recebemos uma série de materiais nocivos.

O Vereador Police disse que o Rodoanel tem forte impacto na Serra da Cantareira, de fato é. Toda a água que abastece os 12 milhões de habitantes tem as suas nervuras passando pela serra. São 15 quilômetros lineares diários de congestionamento na Via Dutra, mais 15 na Fernão Dias com a Paulo Freire, isso no meio de todo mundo.

Então, temos o impacto ambiental da aviação pesada, que vão para 750 voos por dia, temos duas rodovias federais altamente com potencial nocivo a nossa saúde e agora ganhamos de presente um terminal de cargas e a sua famosa ampliação.

Estive num encontro internacional sobre meio ambiente e nos EUA qualquer rodovia tem o direito de passar a dez quilômetros de um conjunto habitacional, é proibido. Na nossa região temos caminhões a 30 metros de um conjunto habitacional de 5 mil pessoas. Quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha?

Qual é a briga que temos ouvido em relação ao Plano Diretor? Não temos terreno para habitação. É mentira, está lá, é só dar sequência, temos 22 prédios. Mas, não temos universidades, escolas técnicas, não temos nada. Só asfalto e asfalto. E vamos ganhar de presente esse novo produtor. Vão atender o Arco do Futuro, parabéns, mas podemos dar emprego de outra maneira. Se criarmos um conjunto habitacional, que é o destino original daqueles terrenos, ganharemos comércio, ciclovias que está preparada para entrar, ligando ao

trabalho. Podem ir lá pela manhã na Rua Francisco Alves Bezerra, você vê o povo sentado nas bicicletas pedalando. Para que esse terminal? Empresário pode por seu terminal em qualquer lugar. Não precisamos dele lá. Se não o que vai acontecer, vamos continuar presenciando as mortes que presencio diariamente na região. Fui numa reunião do conselho do São Luis Gonzaga e sabe qual foi a fala deles: que não aguentamos mais ataques cardíacos, só que não sabiam porque e eu contei para eles.

Na hora de pensar esses megaprojetos, vão ver. Tem de ver o impacto local.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO – Boa noite a todos. Ficamos tristes de ouvir o que ouvi aqui. O que foi feito não condiz com a nossa expectativa, nós que lutamos pela nossa região. Escrevo para um blog e esses dias escrevi que São Paulo é muito grande e a Cidade é o meu bairro. Temos mais de 300 mil habitantes nessa região e para nós fica difícil olhar toda a Cidade. Vocês tem de olhar toda a Cidade.

Eu considero a Vila Maria a minha aldeia, é o local que moro, vim do interior e criei meus filhos aqui. Há alguns anos eu entrei numa luta e, como engenheiro, não participei dessas coisas sociais de movimentos populares. Acabei me envolvendo numa situação que é relativo ao que o Ramos, amigo do peito, falou que é do terminal de cargas da Av. Fernão Dias.

Eu moro aqui nessa região, próximo daqui, e, quando vim para cá, vim para a Vila Maria, me casei, fui morar lá perto da Av. Paulista, eu e minha mulher, desde que voltou para cá. Vendi meu apartamento lá, comprei uma casa aqui nesta região, que é a região onde os caminhões que vão para o terminal de cargas passam para poder chegar lá. Então, a situação que víamos era muito ruim.

Em 2002, a Prefeita de São Paulo era Marta Suplicy. Se eu for falar aqui, vou falar até amanhã e não vou conseguir falar tudo o que quero. Marta era a Prefeita e, na Rua Soldado José Vivanco Solano, eu moro na outra rua, aqui, travessa desta rua. Os vizinhos me procuraram, falando: "Vamos fazer um abaixo-assinado para ver se a gente muda esse troço

daqui, esse treco, essa coisa horrorosa que a gente vive aqui". Eu falei: "Então, vocês fazem um abaixo-assinado e deixa o resto comigo". Fizemos um abaixo-assinado, com, 130 e poucas assinaturas e, daí para frente, o Secretário de Transportes era o Zarattini à época -, preparei um texto que, modéstia à parte, uma coisa que eu sei fazer é escrever, e bombardeei o Zarattini. Daí para frente, encaminhamos um processo, que foi crescendo, crescendo, crescendo e conseguimos, em 2003, através desse movimento, eu escrevendo para jornalzinho bairro, e chamando, escrevendo para jornais grandes - escrevi para o *Estado de S.Paulo* também, escrevi para o *Diário de S.Paulo* -, eu me entreguei para essa situação aí, tá? Não sou político, não tenho partido nem quero ter.

Então, conseguimos, numa manhã de 23 de março de 2003, levar em torno de 800 pessoas em cima de um viaduto - carcaça de um viaduto, que estava em cima da Fernão Dias, do lado do terminal de cargas. Por quê? Nós, na verdade, queríamos que o terminal de cargas saísse de lá, que ele saísse. Por quê? Qual é a história do terminal de cargas? Ele foi criado por dois prefeitos biônicos: primeiro, Reynaldo de Barros, biônico de Maluf. Ele montou o Rodo-Shopping, que é o shopping do caminhoneiro - não sei se vocês conhecem essa história; depois, veio outro biônico, um biônico de Franco Montoro, o Sr. Mário Covas, que montou o Terminal de Cargas Fernão Dias, ao lado do Rodo-Shopping, naquela região ali da Vila Sabrina. Então, dois prefeitos biônicos ferraram a vida da população aqui da região, os dois.

Por que Mário Covas quis montar esse terminal de cargas naquela região? Porque a Vila Maria tinha muitas transportadoras... A intenção era: "Vamos levar todas essas transportadoras para lá". Mentira. Mentira. Essas transportadoras da Vila Guilherme e da Vila Maria continuam aí à vontade, não tem fiscal nessa Prefeitura que tenha peito para ir lá e tirar os caras de lá; que tenham culhões. Desculpem-me falar esse termo aqui: "Tem de ter saco roxo para fazer isso aí". E não tem cara com saco roxo para fazer isso aí.

Outra coisa: nesses oito anos desse governo aqui... Depois da Marta, Marta saiu, então foi uma angústia, porque ela começou a fazer o Viaduto do Terminal de Cargas Fernão

Dias e ela não conseguiu concluir. Ela só iria concluir se ela ganhasse, se fosse reeleita, não é? Mas ela não foi, infelizmente ela não foi reeleita. Não tenho partido político, mas, para nós, seria melhor ela ter sido reeleita porque ela concluiria esse viaduto imediatamente. Entrou Serra, a obra ficou dois anos parada, Serra engavetou a obra do viaduto do terminal de cargas.

Num determinado momento, ficamos sabendo, pelos recursos que conseguimos - e, por incrível que pareça, quem conseguiu esse recurso para nós foi, que fomos a Brasília para isso, o José Dirceu - coitado, está preso hoje. Foi ele que conseguiu fazer a transposição do recurso. Tem um monte de gente que está envolvida com um monte de coisas, mas ajudou-nos na época. O recurso chegou - 11 milhões de reais - para fazer o Viaduto do Terminal de Cargas Fernão Dias.

Depois de dois anos, foi desengavetado, porque eu entrei no Ministério Público, através de terceiros, certo? Então, no Ministério Público, foi o viaduto do terminal de cargas. E por que fizemos esse movimento? Fizemos esse movimento porque o pessoal da CET, da Secretaria de Transporte, disse para nós que a única maneira de a gente amenizar nossa vida seria fazermos um movimento popular, de forma que chegasse a Brasília, chegasse para o Governo Estadual, para o Governo Municipal e eles chegassem à conclusão de que tinham de fazer o viaduto. Conseguimos fazer o viaduto. Não adiantou nada. A porcaria de vida está a mesma aqui na região, tá? Essa é uma coisa que não dá para entender.

Eu ouvi aqui e não sei se entendi muito bem isso. A nossa região não tem uma... Como que é? O primeiro colega disse lá: "Não tem uma vocação". Como que não tem vocação? Tem nós aqui, nossa vocação.

Então, "Ah, tem de esperar o Rodoanel terminar para a gente ver como é que vai ficar". Não é isso aí, gente. O Rodoanel... Eu sou favor de Ferroanel, para falar a verdade. É o Rodoanel e o Ferroanel em volta, mas é outra coisa, outra situação para se conversar aí.

A questão do Metrô que o Daniel falou, o pessoal já está medindo aqui. Agora, não adianta você fazer um Plano Diretor Municipal, como vocês estão fazendo aqui, se não tiver um

protocolo de intenção com o Governo do Estado. O Governo do Estado está pensando de um jeito e a Prefeitura está pensando de outro. Protocolo de intenção é fundamental, tá? Isso aí eu sei o que estou falando, por um passado que tenho aí, sei o que estou falando. E não existe protocolo de intenção nunca.

Então, acho que nossa região, no Plano Diretor, não adianta ficar catando serviço para nós. Interessa esse, interessa a ação, tá? A Vila Maria não pode continuar do jeito que está. E, aprovando a construção de galpão para a região lá de baixo... Onde tenho escritório, estão construindo três galpões lá. O que é isso, gente? Galpão de 500m² que acaba virando transportadora. Então, é inadmissível que a gente continue tendo de engolir toda essa porcaria de coisa que esses Prefeitos, que entram um atrás do outro e eu não vejo ninguém com saco roxo mesmo para fazer São Paulo melhorar lá.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ POLICE NETO) – Está bom.

O SR. EDUARDO - Só para falar mais uma coisinha: na questão da Saúde, é inadmissível, inaceitável - isso que vou falar quero deixar registrado aqui, que não é o fórum para se falar isso aí: o Hospital Vila Maria, que foi construído pela Gestão Luiza Erundina, o terreno conseguido por Jânio Quadros, o projeto; Luiza Erundina construiu, juntamente com meu querido Vereador, agora Deputado, Carlos Neder, pessoa que muito admiro, por quem tenho alta consideração. Foi inaugurada por Luiza Erundina e Carlos Neder, e são 21 anos que ele está funcionando. Até hoje não fizeram uma reforminha nesse hospital aí, nada. Então, a gente chama de "Enferrujadinho", de Marronzinho, mas não é vermelhinho - porque, no tempo de Erundina, foi pintado de vermelho.

Agora, conseguiu... Estive sábado retrasado na Subprefeitura, cheguei no final - que eu estava fora de São Paulo, vim correndo, mas cheguei no final, -, não peguei o que foi conversado lá. Foi destinada uma verba de 3 milhões de reais para reformar o pronto-socorro. Isso é piada. Isso aí é para enganar a gente. O Vermelhinho precisa de, no mínimo, de 10 a 12 milhões de reais para fazer uma reforma estrutural naquele hospital lá, tá?

Outra coisa que a gente quer dizer também: que o Prefeito Haddad precisava visitar nossa região. Vai fazer um ano e não veio aqui ainda. O Secretário de Saúde também não veio, precisa vir aqui. E outros também.

Agora, na questão do Plano Diretor, nós não precisamos de eixo, precisamos de ação.

O SR. PRESIDENTE (JOSÉ POLICE NETO) – Muito bem.

Com a fala do Eduardo, que foi o quinto cidadão que nos trouxe contribuições, a gente encerra essa fase. A palavra volta à Mesa. Vou passar para o Relator Nabil, que vai fazer as considerações. Tem a palavra, Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI - Bem, boa noite a todas e a todos.

Cumprimentar aqui o Vereador Police, que está presidindo esta sessão nesta noite.

Queria, em primeiro lugar, dizer que a nossa Comissão, Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, vem promovendo muitas audiências públicas, não é? São 45 audiências públicas que serão feitas nesta primeira etapa. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano tem estado em todas essas audiências, tem acompanhado nosso trabalho; as Subprefeituras.

Bem, qual é o objetivo dessas audiências públicas? O objetivo é, antes de tudo, podermos ouvir o conjunto da cidade de São Paulo sobre a proposta do Plano Diretor.

A proposta do Plano Diretor foi elaborada pelo Executivo, coordenada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano. Ela realizou um processo participativo na Cidade toda, e a Câmara recebeu esse projeto de lei apresentado aqui hoje. Esse projeto está em análise; é um projeto, não é a lei, não é o plano diretor. A gente programou uma audiência pública por subprefeitura e várias audiências públicas temáticas, como fizemos hoje de manhã, que o Salão Nobre da Câmara estava totalmente lotado, tinha umas 400 pessoas, mais de 50 pediram a palavra. Esse processo tem sido assim, com altos e baixos, em alguns lugares com muita participação, outros com menos.

Mas o importante é reunir as várias contribuições não só da audiência pública. A audiência pública é um meio pelo qual as questões chegam a nós. Também estamos recebendo contribuições pelo site www.camara.sp.gov.br, estamos recebendo por escrito, documentos. Eu sou relator do projeto. O relator é quem tem a responsabilidade de ouvir todos os setores, ouvir os vereadores, receber análises como a que foi feita pelo Vereador Police, ouvir o Executivo e a partir daí elaborar a proposta de substitutivo.

Temos detectado várias lacunas no projeto, várias questões que precisam ser observadas com mais cuidado, serem mais detalhadas, mais precisas. Agora como relator eu vou falar menos a minha opinião e mais sobre o processo e o que nós esperamos. Seria muito importante que vocês, da zona norte, em especial da Vila Maria, fizessem a sua avaliação, a sua análise. A subprefeitura tem um papel importante nisso, mas a comunidade, as entidades, os movimentos organizados têm um grande papel a desempenhar nesse processo.

Claro que estamos analisando a Cidade toda. Evidentemente o plano diretor é da Cidade, não é de uma região, mas existem repercussões claras do plano diretor na região, e tem questões que a região precisa demandar para o plano diretor. Quando o Chicão vem falar qual é a vocação da zona norte, eu concordo totalmente com ele. Precisamos discutir a zona norte da Cidade. A zona norte tem sido um pouco esquecida nesse processo.

Por exemplo, hoje tivemos uma audiência pública sobre macroáreas de proteção ambiental, na Câmara, que envolvia todas as macroáreas de proteção ambiental, as de Parelheiros, no sul do Município, mas também as do norte, Serra da Cantareira, e da região de Perus. A grande polarização que houve na reunião foi sobre Parelheiros; a zona sul está mobilizada para discutir a macrozona de proteção ambiental da zona sul.

Na zona leste existe uma forte mobilização em torno da questão do emprego e dos polos de desenvolvimento econômico. Isso está bastante polarizado também. Desde antes do plano diretor passado a questão dos polos de desenvolvimento da zona leste, o distrito industrial estão muito polarizada, com muita ênfase nessa discussão, tanto que acabamos de

aprovar um projeto de lei que dá incentivos para estabelecer atividades econômicas na zona leste, não só na região da Jacu-Pêssego como nos centros de bairros.

Em relação à zona norte não tem essa mesma questão, e aqui há problemas bastante graves, bastante importantes, não só da Cantareira, que estivemos discutindo na semana passada no Jaçanã/Tremembé, mas a questão da carga. A questão da carga é uma das mais esquecidas nos nossos planos. Nos planos diretores e em várias propostas que têm sido feitas, a questão da carga não tem sido tratada com a devida importância. O plano diretor está muito focado na questão do transporte coletivo, propondo adensamento ao longo dos eixos de transporte coletivo, que é uma proposta estruturadora.

Aliás, na Vila Maria não tem nenhum proposto. Eu vou voltar a isso mais para frente.

Mas em relação à carga há muito pouca reflexão. Vocês acabaram de falar dos problemas causados pela proibição da circulação dos caminhões nas marginais e no centro expandido, do impacto que isso trouxe para esta região. Esta é uma região que sofre muito o impacto da carga não só por causa da Fernão Dias e da Dutra como por causa das transportadoras.

Isso precisa ser melhor problematizado, até porque a região ao sul da Vila Maria e ao sul da zona norte toda, junto ao Tietê, hoje está sendo objeto de um projeto importante, de um plano chamado Arco Tietê. É uma região com grande potencial dentro da Cidade, uma região que tem terrenos grandes, tem muita ociosidade; é uma região em que está previsto o chamado Apoio Norte, que uma das questões mais graves da zona norte é a falta de ligações leste-oeste. Tem muitas ligações radiais que ligam o centro e a marginal com as áreas mais ao norte, mas não tem praticamente nenhuma ligação perimetral adequada. Então está proposto para essa região o Apoio Norte, que terá um corredor de ônibus em que se espera um importante desenvolvimento econômico e geração de emprego.

Isso precisa ser discutido, porque os debates que têm sido feitos a respeito do Arco

Tietê estão no âmbito técnico, no âmbito das empresas interessadas em fazer intervenções; mas é muito importante que a região norte, que será beneficiada, ou afetada positiva ou negativamente por essa proposta, se manifeste. Então é muito importante receber de vocês contribuições que não sejam individuais, mas que sejam geradas por um processo de reflexão coletivo.

Em outras regiões tem certa articulação mais forte da sociedade para apresentar propostas, e na zona norte tem menos. Temos visto muito na região de Perus (ininteligível) iniciativa do Vereador Police, e outras iniciativas da sociedade local. Eu mesmo, junto com outros professores da FAU, demos um curso na zona norte que problematizou a discussão, então ali começa a surgir uma reflexão importante na região de Perus. Mas a zona norte é muito mais do que isso, ali é mais a zona noroeste. A zona norte precisa dessa reflexão maior.

Além da questão da carga, do Arco Tietê e dessa região junto à Marginal Tietê, eu diria que a questão da mobilidade precisa ser trabalhada, quer dizer, o fato de não ter nenhum corredor previsto para essa região com 300 mil pessoas, segundo vocês mesmos disseram. Isso precisa ser refletido. Por que não tem nenhuma proposta de corredor de ônibus? Talvez não tenhamos avenidas com capacidade, o que pode ser um elemento determinante para tal fato. Mas, é preciso pensar uma proposta para o problema da mobilidade da região.

Estava vindo pela Avenida Conceição, que tem um trecho parecido com a Avenida Paulista, porque fica num espigão e tem uma belíssima vista. Vi que começaram a surgir alguns prédios na região. Fiquei pensando e confesso a vocês que conheço bem a Cidade, mas não fiz uma análise muito aprofundada da região Norte. Mas, seria importante detectar e se antecipar, porque vamos às vezes pipocando uma série de prédios sem que seja fruto de um processo de planejamento.

Quando falamos em adensamento ao longo do corredor de transporte coletivo, que é a proposta do Plano Diretor, uma proposta positiva, não é porque uma região não tem um corredor nos moldes em que está sendo pensado que significa que não pode ter certo corredor

de adensamento de verticalização que concentre, ou seja, em vez de se ter uma verticalização pulverizada e desordenada. Essa é uma análise importante que precisaria ser feita e aprofundada na região.

Evidentemente, não precisa ser resolvido tudo num Plano Diretor. Quero deixar claro a vocês que demos uma ordenação das leis urbanísticas. Temos o Plano Diretor e teremos, um ano após finalizado o Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que é a revisão do zoneamento. Teremos também o Plano Regional. No plano regional, é o momento oportuno para se discutir isso junto com o zoneamento. Mas, o Plano Diretor tem de estabelecer as grandes diretrizes. É importante que a região possa ter uma especificidade dentro disso.

Alguém perguntou sobre operação urbana. De fato, a Operação Urbana Carandiru-Vila Maria, que estava prevista, não foi implementada. Mas, no finalzinho do Governo Marta Suplicy, foi elaborado um plano, um estudo já bastante avançado sobre essa operação urbana, que precisa inclusive ser recuperada quando se discute o Arco Tietê.

O Arco Tietê, para que todos saibam, é uma proposta que envolverá o que era a antiga Operação Urbana Carandiru-Vila Maria. Agora, quais as diretrizes necessárias para tal projeto na região? Essa é uma das discussões que precisam estar no Plano Diretor. O que se espera da proposta do Arco Tietê que poderá ou não ser uma operação urbana, porque na verdade operação urbana é um instrumento para viabilizar uma transformação da região?

Poderá haver outras formas de transformação, com outros instrumentos urbanísticos. É por isso que não está definida a macroárea de estruturação metropolitana que envolve a antiga área da operação urbana. Nem sempre ali será necessariamente uma operação urbana, poderá haver outros instrumentos.

Agora, o que se espera para a região? Essa é uma questão que certamente precisaremos discutir mais e acho que vocês terão a oportunidade de contribuir. Estamos nessa primeira etapa de escuta da população. Até o dia 16 receberemos propostas por escrito,

seja pelo *site*, seja por um documento que pode ser pego com a nossa secretaria, que é uma carta. Não tenho nenhuma no momento.

Vocês podem pôr suas propostas, enviá-las pelos Correios e seu porte já está pago pela Câmara Municipal. Podem dizer a que se refere a proposta, se é de acréscimo ou supressão, de substituição do texto, etc. Pode apontar lacunas que o texto tem a respeito do que vocês estão entendendo que é importante.

Hoje é dia 9. Temos ainda uma semana para fazer a primeira sistematização das contribuições, que vai acontecer até o final deste ano. Teremos, no dia 19, uma audiência pública na Câmara, onde iremos apresentar uma primeira sistematização do que foi apresentado. E depois teremos aí um mês e meio para elaborar uma proposta substitutiva, e a discussão volta em fevereiro, e vamos encaminhando para o processo de votação do projeto.

Espera-se que, no mês de março, ou abril, dependendo da complexidade e profundidade das mudanças, possamos ter o Plano Diretor aprovado. Um ano depois de aprovado, deverá ser apresentado a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo, após o que serão elaborados os planos regionais. Então temos um desdobramento desse trabalho, e esperamos receber mais contribuições do que aquelas que foram apresentadas aqui.

Teremos ainda, em Santana, no fim de semana, no sábado, uma audiência pública em Perus, a ser realizada na parte da manhã, e, à tarde, haverá outra em Santana. Na quinta-feira, faremos audiência na Casa Verde; na sexta-feira, em Pirituba. As regiões estão muito próximas, principalmente a região de Santana, que está aqui ao lado, muito próxima. A reunião de Santana vai ser feita na Subprefeitura de Santana. As audiências públicas não são da região, são do Plano Diretor como um todo. Então quem quiser ir à audiência pública de Santana e se manifestar, mesmo que esteja falando da Vila Maria, é perfeitamente possível, porque estamos tratando do plano como um todo.

É isso. Como relator, estou à disposição para conversar mais com vocês. E realmente eu sinto uma lacuna em relação a uma reflexão mais aprofundada sobre a zona

Norte, e seria importante que pudéssemos avançar um pouco mais nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a contribuição do Vereador Nabil. Passo a palavra à Sra. Taís, para que faça as suas considerações.

Eu vi uma provocação em relação à provocação positiva do Nabil, quando fala da vontade de termos mais de vocês, exatamente para conseguir dar essa resposta. Mas logo depois da Taís a gente vai tentar fazer um encerramento que projete esse período em que a gente tem que dialogar mais, com mais intensidade, para sair o que tenha mais ações, e para que a gente possa, de fato, traduzir um pouco mais os sentimentos em ações materiais que têm que estar expressas de maneira muito objetiva no plano.

A SRA. TAÍS – Foram levantadas questões bastante importantes, nem sempre do âmbito da discussão do que o Plano Diretor pode responder imediatamente. O Plano Diretor traz algumas diretrizes que de fato podem ser discutidas e aprimoradas. Mas reforço esse calendário de revisão de todo o marco regulatório urbanístico da cidade. E a próxima etapa é a Lei de Uso e Ocupação do Solo. E pelas falas, há um conflito de uso na região – do uso habitacional com o uso de cargas. Então espero que esse debate possa ser aprofundado, e consigamos chegar a uma equação satisfatória, pensando no nível local, regional, metropolitano.

Quanto à macroárea de estruturação metropolitana, a área que está demarcada no mapa é a área tradicionalmente dotada das linhas férreas, das avenidas, das indústrias. É uma área que está passando por uma reestruturação. As indústrias ainda estão lá, mas muitas deixaram essa região, então tem muita ociosidade. Por isso, ela se configura ao longo das várzeas desses rios, e não tem as pernas para a zona Norte. Eu acho que as características urbanas ao longo das rodovias da zona Norte são um pouco diferentes, e merecem ser discutidas, mas o que caracterizou a demarcação da macroárea de estruturação metropolitana é, de fato, a presença dessa ociosidade ou dessa transformação de uso que está ocorrendo no território.

Se alguém tiver alguma colocação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou liberar o Vereador Nabil, porque ele tem a posse do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. E ao dispensá-lo, vou ficar mais dez minutos com o grupo que está aqui para combinarmos os próximos passos. Obrigado pelo esforço de ter vindo, Vereador Nabil. Vou percorrer as falas que foram feitas para ver como podemos não encerrar a nossa agenda aqui, e, sim, continuar com ela.

O Francisco traz uma preocupação fundamental: a vocação da cidade e a vocação regional.

Se o Plano Diretor não conseguir traduzir isso, dificilmente vamos contar para a sociedade que cidade que se quer e para onde a cidade vai se desenvolver. E isso acaba permeando o debate de todos que o sucederam.

O Daniel foi muito objetivo ao dizer: “Olha, eu enxerguei, vi e estudei projetos do metrô aqui para a região”. Eu lembro de audiências públicas que realizadas no território que trazia o antigo bonde e dizia o seguinte: “Olha, a gente teve uma oferta de transporte de qualidade, e se perdeu”. Então se imagina que o tempo passa e evolui, e uma questão absolutamente sensível, que é a questão de transporte de qualidade, até para desestimular o uso do carro, não conseguimos seguir nesse sentido.

O Nabil acabou abordando uma questão fundamental e muito debatida entre 2006 e 2009, que estava inclusive no projeto encaminhado para a Câmara: as plataformas de distribuição logística da cidade. Havia todo um viário estratégico para carga. Nabil falou de uma coisa que faz o funcionamento: fazer pessoas circularem, bem como os produtos que essas pessoas vão consumir. Na realidade, se você só fizer circular as pessoas, e as coisas de consumo diário dessas pessoas não circularem, sem dúvida alguma a cidade vai ficando a cada dia mais cara e a população cada vez mais pobre, porque o acesso vai se limitando. Essa é uma questão que já vimos discutindo no âmbito da comissão, e eu sei que a contribuição que essa dinâmica de ter uma plataforma de abastecimento e de distribuição de carga na cidade, e

aquela que protege a cidade, para você não ter acesso ao município aquilo que por aqui não precisa passar, algo que tratamos como trânsito de passagem, é fundamental. Então esse é um debate que ainda há de ser feito. E o Nabil acabou abordando o assunto de maneira muito objetiva.

Também se falou sobre o desenho vermelho no mapa, essa área vermelha, que é onde estarão todas as operações urbanas. O texto da lei traz que as operações urbanas passam a ser projetadas para dentro desse texto, diferentemente da lei atual, em que se desenha cada uma das operações urbanas e o seus limites. A proposta agora é diferente: diz onde você pode usar o instrumento “operação urbana”, mas não desenha o tamanho dele, que, no caso, vai precisar de estudos e desenvolvimentos para dizer “neste trecho é isso”. Quando falamos em trabalhar muito para ter um eixo metropolitano sinalizado para dentro do território, é por conta dessa transformação. Da mesma forma que aconteceu com a Cupecê, que nem estava nos primeiros estudos. Nem é comparável a todos os outros eixos, mas acabou por permear esse processo por um debate que lá foi realizado e assim se conquistou. Então é um debate importante, porque vai juntando essas informações do desenvolvimento sustentável. Porque, senão, fica na cabeça que a operação urbana só serve para aumentar a capacidade construtiva. Não, a operação urbana também serve para redesenhar o uso do território e dar uma ocupação mais ordenada. Senão a gente acredita que toda operação urbana tem que resultar numa área verticalizada ou intensamente ocupada. Não é só isso. O instrumento serve para outras intervenções, e temos outros instrumentos que podem ser utilizados também. Mas é importante que tenhamos essa percepção.

Finalizo trazendo essa questão que tanto o Ramos quanto o Eduardo trouxeram: essa lógica de trabalhar o território da zona Norte com a necessária modulação ambiental, que não é de proteger, é de estudar a fórmula de uma vivência mais adequada entre nós e o meio. Então o debate hoje de manhã foi muito rico nesse ponto: em como vamos conseguir encontrar vocação regional, como vamos interpretar aquilo que tem na nossa região, que é maior do que

a região, e que muitas vezes acabamos por oferecer para a cidade como um todo. E nesse debate, discutíamos o que é o nosso manancial da zona Sul, que acaba não sendo apenas da zona Sul, porque acaba sendo da cidade inteira. A Cantareira, toda ela, não é só da zona Norte. Ela está na zona Norte, mas ela reflete numa qualidade de vida na cidade inteira.

Nessa perspectiva, pedimos muito a contribuição de vocês. E por isso que o Nabil fez essa boa provocação. Parece-me que a zona Norte, quem sabe a partir de mais esse encontro aqui e de outros, vocês não podem acionar um pouco mais os nossos mandatos – o meu, o do Nabil e dos outros Vereadores que participaram da Comissão de Política Urbana, como o Vereador Vavá –, e os chefes de gabinete estão aqui acompanhando. Creio que o fundamental para esse período é falarmos muito para que o texto que vai ser aprovado em maio-abril do ano que vem traduza em ações práticas esses desejos que enxergamos.

Temos ainda muitos conflitos a enfrentar. Tem gente que acha que adensar muito mais o corredor sem estudá-lo é perigoso. Tem gente que acha que não escolher ZEIs dentro desses eixos, não vai ser possível ter equilíbrio. E aí o (Ininteligível) falou um pouco disso: “Se estamos batizando áreas que vão ter desenvolvimento mais rápido... Se não colocar ZEIs nessas áreas, vamos perder a oportunidade de “desadensar” em que precisamos resgatar área pública”. Isso porque, por incrível que pareça, as áreas densamente povoadas são aquelas que mais pobres e, portanto, onde se tem menos instrumentos públicos e menos equipamentos públicos. E aí talvez tenhamos que entrar com muita força nisso, talvez até pensando em condicionar áreas nos corredores mais próximos desses eixos de estruturação, para “desadensar” aquelas comunidades para se dar uma mínima qualidade de vida. Mas esse processo tem que ir ficando claro, tem que ir depurando.

Estamos na primeira fase da Câmara, porque a primeira fase foi feita pelo Executivo, em diversos diálogos, em diversos debates técnicos, e também em audiências. Temos um histórico de ter participado intensamente dos debates, seja em 2002-2004, seja em 2006-2009. Tem um acúmulo nesse processo. E creio que estamos atingindo uma certa

maturidade. Gritamos muito durante um período muito longo, e agora estamos chegando a um período da bonança, que é o fruto dos nossos bons encontros. Quem sabe esses bons encontros revelem um plano capaz de ter não só os nossos sonhos, mas a capacidade de realizá-los. Isso porque a nossa lei não poderá ser uma acomodação de tudo que se quer sem ter capacidade nenhuma de realizar, porque a gente vai se frustrar muito mais. Escrever tudo que se quer sem nenhuma capacidade de realizar não vai nos dar o que precisamos. Então também temos de ser muito duros conosco mesmo: “se colocarmos tudo isso, vamos fazer? Não vai, então vamos fazer o que priorizarmos”. Lembrando que o plano tem um prazo. Se o plano for para três mandatos, então três vezes quatro, para 12 anos, ou para 16 anos, tem que ficar muito claro o volume de investimento que está protagonizado nessas prioridades. Não dá para imaginar escrever um plano que vai ter um trilhão de investimento e não vamos ter 100 bilhões, 80 bilhões por ano para investimento. Então temos que ter muita cautela ao anunciar as prioridades. E que na regra de investimento do município, que tenha aí 8 bilhões, 9 bilhões, se você pega Estado, União e Município para realizar a cada ano. Se fizermos essa leitura, se tivermos essa coragem de separar o que não é prioritário, vamos nos aproximando daquilo que Eduardo já falou: “estamos há 21 anos sem fazer uma reforma no hospital, e precisamos disso”. É por isso que temos de ir afinando isso. É lógico que não é tema do plano tratar da reforma do hospital, mas isso aponta o grau de priorização que temos de dar.

Então temos de fazer um pedido a vocês: a partir de hoje, ativem os gabinetes que com os quais vocês já tenham uma relação. Cito o gabinete do Vavá, por ter a representação; cito o gabinete do Adilson Amadeu, que tem uma equipe atuando aqui; cito o mandato do sempre Vereador Wadih Mutran, aqui do território; do Nabil, que sempre esteve à disposição; o nosso, que está à disposição. Vamos estabelecer esse elo, que aí poderemos dar um passo poderoso.

Ademais, eu sei que vocês têm um desejo de trazer mais uma contribuição, e eu vi duas ou três movimentações. Então, em vez de encerrarmos, vou permitir que os dois que se

manifestaram, Eduardo e Daniel, tenham um minuto, para vocês falarem o que vocês querem pedir para os parlamentares. Mas não será por mais de um minuto. É apenas para deixar claro o esforço que os Vereadores que estão do lado de cá vão fazer para encontrar soluções para os problemas apontados, mas que vocês também possam começar a trazer contribuições que apontem os rumos.

O SR. DANIEL – Obrigado, Vereador. Falando do Terminal de Cargas. Na campanha de todos os prefeitos foram recebidos na Associação Comercial de São Paulo. E quando se falou da ampliação do Terminal de Cargas, nós sugerimos que fossem feitos quatro ou cinco terminais de carga na cidade de São Paulo, e eu não vi isso previsto aí no Plano Diretor. Isso é uma coisa muito importante, porque não queremos e não vamos admitir de maneira nenhuma que haja ampliação do Terminal. Até o desejo do pessoal é que se elimine inclusive esse – agora aí já é uma questão diferente.

Com relação ao metrô, por exemplo, e eu já falei essa frase há não sei quantos anos atrás: que o grande investimento público no transporte na nossa região, o último, era o bonde. Falei que precisávamos do metrô. Não adianta que tenhamos corredores de ônibus que levem para outros metrôs que a nossa população não entra. A nossa população sai daqui de ônibus e não entra no metrô de Santana e nem entra no metro de Belém. Tá certo? Precisamos é do nosso metrô, e isso já demorou. Faltou para a nossa região uma liderança, e, que como você mesmo disse, tem na zona Leste – e que você é em Perus. Mas aqui nós não temos.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na ausência de uma só liderança, vamos juntar um monte delas, para fazer uma só e avançar nessa linha que você está apontando.

O SR. DANIEL – Tá ótimo. Encerrando, muito rapidamente.

Hoje nós vemos todo o dinheiro do estado e do município e do federal indo para Leste, e zona Norte não teve absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Daniel traz essa questão da descentralização do Terminal de Cargas – quer dizer, não é ter só um terminal de cargas, mas distribuí-lo pela cidade –, e a questão do metrô, que é um investimento muito necessário, do Município participa, mas não decide sozinho. Então temos de entender também esse processo.

O SR. EDUARDO – Só para completar o que disse o Vereador Nabil.

Não tem, no Plano Diretor, nada previsto em termos de corredor de transporte coletivo para cá. Então eu quero voltar a 2003-2004, quando a Marta era Prefeita, e quando eu fui conselheiro de transporte.

Naquela época, ela criou o Conselho de Transporte, teve eleição – como teve agora essa eleição para conselho participativo. E, na verdade, nenhum dos conselheiros participativos eleitos veio participar aqui. Estranho isso, né? Dos 30 e tantos eleitos em nossa região nenhum veio aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É que a gente está com uma dificuldade para conseguir o resultado final disso. Você não sabe.

O SR. EDUARDO – Não, mas eu já recebi... Antes de vir para cá, eu li na internet, na minha casa. Só chegou um agora, o Zezão, parabéns, viu, Zé! Dos 30 e poucos foi o único que veio aqui.

Naquela época, foram definidas as vias principais, as vias arteriais. Eu argumentei sobre uma rua, que se chama Edvando Solano, que não deveria ser via principal, e ela estava contemplado. Aí o secretário já não era o Zaratini, era o Jilmar Tatto.

E eu acho estranho dizer que não tinha porque tinha previsto até a construção de um terminal de ônibus atrás da Uninove, onde tem uma fábrica enorme ali, perto da Nadir Figueiredo. Ali ia ser feito um terminal de ônibus, estava previsto isso. E tinha uma outra coisa que tinha naquela Plano Diretor que eu não estou entendendo por que não está nesse aqui. Existia uma distribuição de transporte coletivo.

Vamos considerar que a Vila Maria era o centro. Os ônibus iriam até Vila Maria, e

de lá pegaríamos os ônibus grandes que iriam para o Centro. Acabou com esse negócio aí, e não sei por que. Eu não acompanhei no governo Serra-Kassab se foi destruído, se foi esquecido tudo isso que foi falado antes.

O que estou entendendo é que parece que vocês começaram um Plano Diretor do zero outra vez. Eu não sei se eu estou certo sobre o que eu estou falando aqui. Parece que nunca teve discussão do Plano Diretor e vocês estão começando do zero, e na verdade não deveria começar do zero. E tudo que foi discutido há dez anos foi esquecido, gente?

Outra coisa: se o Haddad não for reeleito daqui a três anos, esse Plano Diretor vai por água abaixo, porque outro cara vem e trava tudo, se for de outro partido.

Infelizmente é isso aí. Queria deixar isso registrado, porque a grande verdade é essa aí.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Então a gente vai resgatar os estudos de 2003-2004, que apontavam para as regras de sistema alimentador e sistema troncal.

Zé Ramos, venha fechar. Ele vai fechar, porque participou de todas as audiências públicas que aconteceu na zona Norte nos últimos dez anos, período durante o qual eu tenho participado. Então como homenagem àquele que tem participado de todas as audiências, o Zé fecha para a gente.

O SR. JOSÉ RAMOS – Bom, na verdade, me surpreendeu um pouco o Vereador Nabil dizer que a zona Norte não participou. Como o próprio Vereador comentou agora, a partir do momento...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Zé, deixe-me ser justo com o Nabil. Nabil falou que a zona Norte participa. Ele falou que ainda não ficou claro um rumo dado por toda a zona Norte. É dizer o seguinte: não foi feita uma pactuação pela zona Norte toda. E ele não está se referindo apenas à Vila Maria, ele está se referindo à Vila Maria, Vila Medeiros, Santana, Turucuri. O que ele diz é que não ficou claro o desejo e o desenho que está se imaginando para a zona Norte. Senão vamos ser injustos com o Nabil, que não está aqui. Ele

disse: “Não ficou claro para mim se tem um sonho da população e qual ele é”. E aí eu vou dar razão a ele. A gente tem feito muitas reuniões. E quando a gente chega em regiões da zona Leste está muito claro o que aquela população quer. Aqui, é claro o que o Zé quer, o que o Edu e o Daniel nos traz em termos de contribuição, mas nos parece que isso não está pactuado pelo território como um todo. É só isso.

O SR. JOSÉ RAMOS – É exatamente em relação a essa informação, porque todo aquela plano regional estratégico discutido naquele período foi documentado. Depois, recentemente, houve uma discussão inclusive dentro do próprio mandato do Nabil. Inclusive a própria equipe do Nabil esteve no Cicas (?) discutindo isso também, e discutindo também Santana, etc. E faz parte da ata do Cades. E eu também não vi no Plano Diretor como conselho temático. Eu vi como base o conselho participativo. Parabéns, ótimo. Faz parte. Mas é orçamento e decisão. Os conselhos temáticos eu não percebi aí.

Então era essa questão mesmo. Inclusive a própria Secretaria de Meio Ambiente do Município tem ciência desse documento, até porque provocou uma ação em cima do Ministério Público. Então existem, sim, documentos oficiais sobre essa questão, e é de conhecimento de todos, de todos os conselhos – de saúde, ambientais e desse futuro conselho participativo, que também vai ter que tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a todos. Muito obrigado. Terminamos com um encerramento padrão que diz o seguinte: não havendo nada mais a tratar – a gente sabe que tem muito mais coisa a tratar, mas é assim que terminamos nossas audiências públicas –, dou por encerrada a 37ª audiência pública do Plano Diretor na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma boa noite. Muito obrigado.